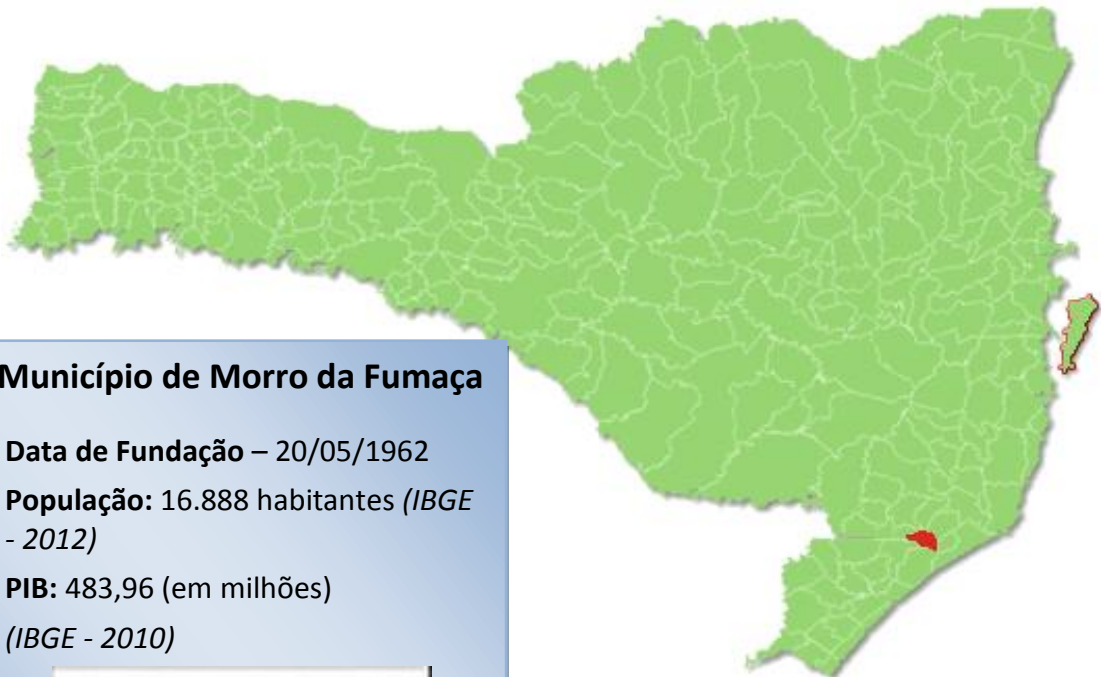




TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



### Município de Morro da Fumaça

**Data de Fundação** – 20/05/1962

**População:** 16.888 habitantes (IBGE - 2012)

**PIB:** 483,96 (em milhões)  
(IBGE - 2010)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	8
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	17
4.1. Situação Patrimonial .....	17
4.2. Análise do resultado financeiro .....	18
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	19
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	21
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	24
5.1. Saúde .....	24
5.2. Ensino .....	26
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	26
5.2.2. FUNDEB .....	28
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	31
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....	31
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	32
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	33
6. CONSELHOS MUNICIPAIS .....	35
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	35
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS) .....	37
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	40
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA .....	41
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	42
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	43

---

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	44
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010 .....	45
8. RESTRIÇÕES APURADAS .....	49
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013.....	51
CONCLUSÃO .....	52
ANEXO .....	54
APÊNDICE.....	55

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 14/00229372</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Morro da Fumaça</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Agnaldo David Maccari - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013
<b>RELATÓRIO N°</b>	4157/2014

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Morro da Fumaça, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Morro da Fumaça, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 26/08/2014 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as

médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

Antes da chegada dos colonizadores europeus, em 1900, a região de Morro da Fumaça era habitada pelos índios carijós. Os primeiros colonos foram imigrantes adventistas da Bielo-Rússia. Em 1910 chegaram os italianos, que chamavam os primeiros colonizadores de “russos” e compraram suas terras. Eles eram originários de Urussanga e das cidades de Treviso, Belluno e Padova, na Itália. O primeiro casal italiano a se instalar no município foi José e Hermínia Sóligo Cechinel, considerados os fundadores de Morro da Fumaça. Há duas versões para explicar a origem do nome da cidade. Uma delas diz que, quando o Rio Urussanga subia, interrompendo o transporte de mercadorias da região, uma neblina se formava em torno do morro onde hoje se localiza o Hospital de Caridade São Roque. A outra versão é uma extensão da primeira e garante que, devido à neblina, quem se instalava por ali era obrigado a acender uma fogueira no acampamento, o que provocava fumaça. No dia 06 de setembro de 1931 foi instalado o distrito de Morro da Fumaça, pertencente a Urussanga. A emancipação aconteceu em 20 de maio de 1962.

O Município de Morro da Fumaça tem uma população estimada em 16.888<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,74<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 483.960.911,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 29.787,71, considerando uma população estimada em 2011 de 16.247 habitantes.

---

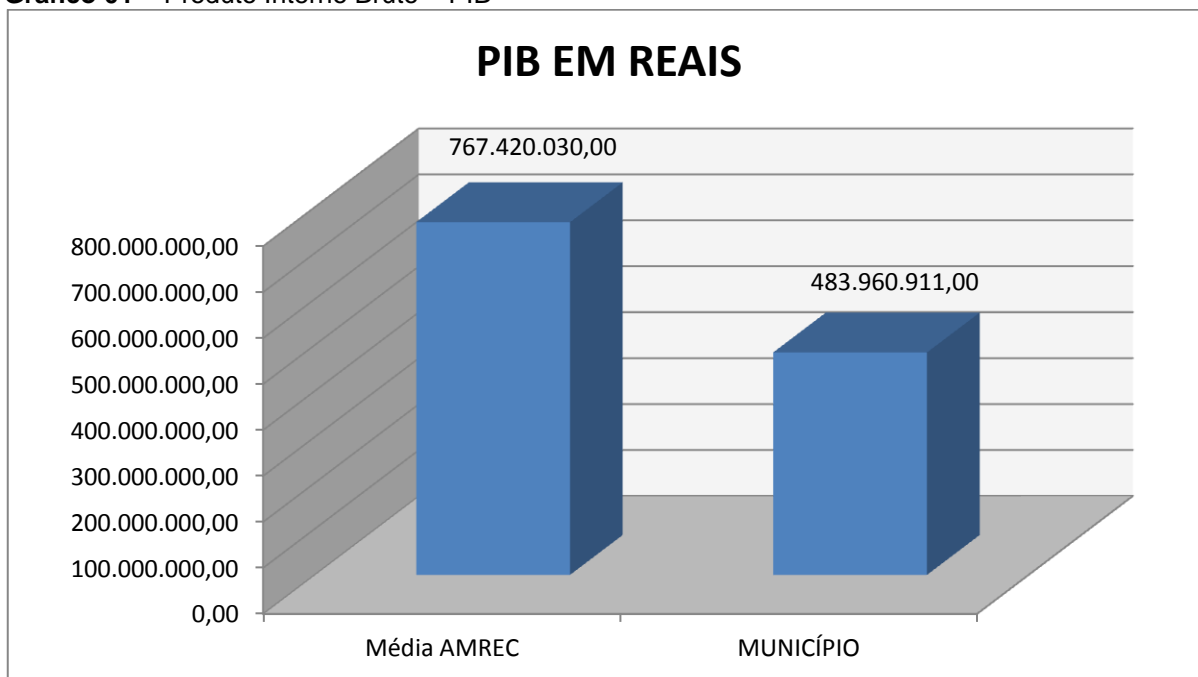
<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

<sup>2</sup> IBGE - 2013

<sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

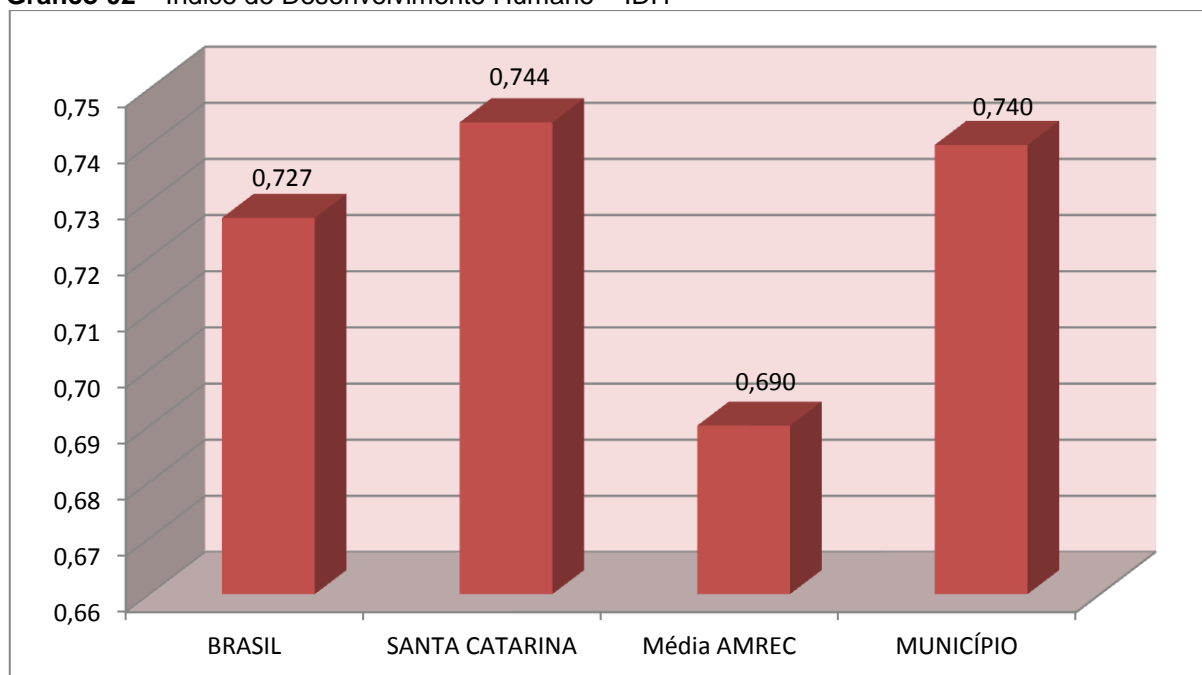
**Gráfico 01** – Produto Interno Bruto – PIB



**Fonte:** IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Morro da Fumaça encontra-se na seguinte situação:

**Gráfico 02** – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01** – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	39.000.000,00
PPA	1335/2009	27/08/2009	DESPESA FIXADA	39.000.000,00
LDO	1533/2012	19/09/2012		
LOA	1535/2012	03/10/2012		

### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 2.345.363,17**, correspondendo a **6,40%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 2.345.363,17, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 1.801.538,30 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 543.824,87.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02** – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	39.000.000,00	36.623.738,52	93,91
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	41.344.951,87	34.278.375,35	82,91
<b>Superávit de Execução Orçamentária</b>		<b>2.345.363,17</b>	

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência, no valor de R\$ 204.715,60, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 2.562.513,22) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 2.345.363,17), vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Morro da Fumaça nos últimos 5 anos:

**Quadro 03** – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2009-2013

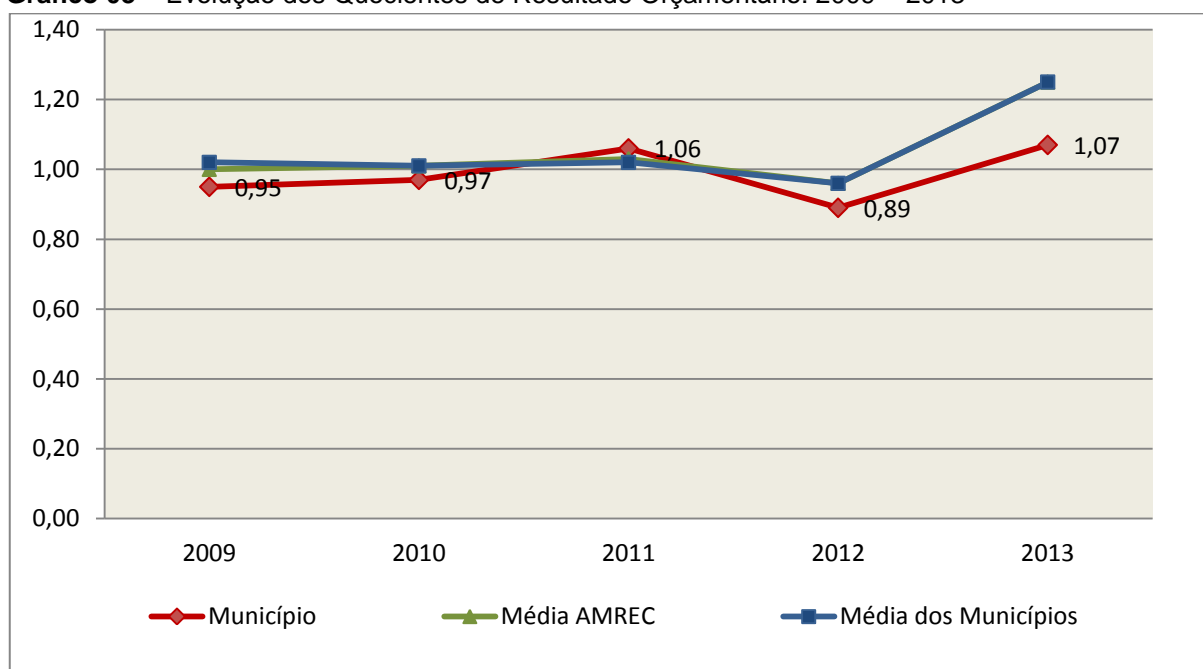
ITENS / ANO		2009	2010	2011	2012	2013
1	Receita realizada	22.070.569,53	25.532.259,88	30.740.624,06	33.927.240,81	36.623.738,52
2	Despesa executada	23.309.920,19	26.367.096,94	29.121.172,56	38.099.601,05	34.278.375,35
QUOCIENTE		2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Orçamentário (1÷2)		0,95	0,97	1,06	0,89	1,07

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.



O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 36.623.738,52**, equivalendo a **93,91%** da receita orçada.

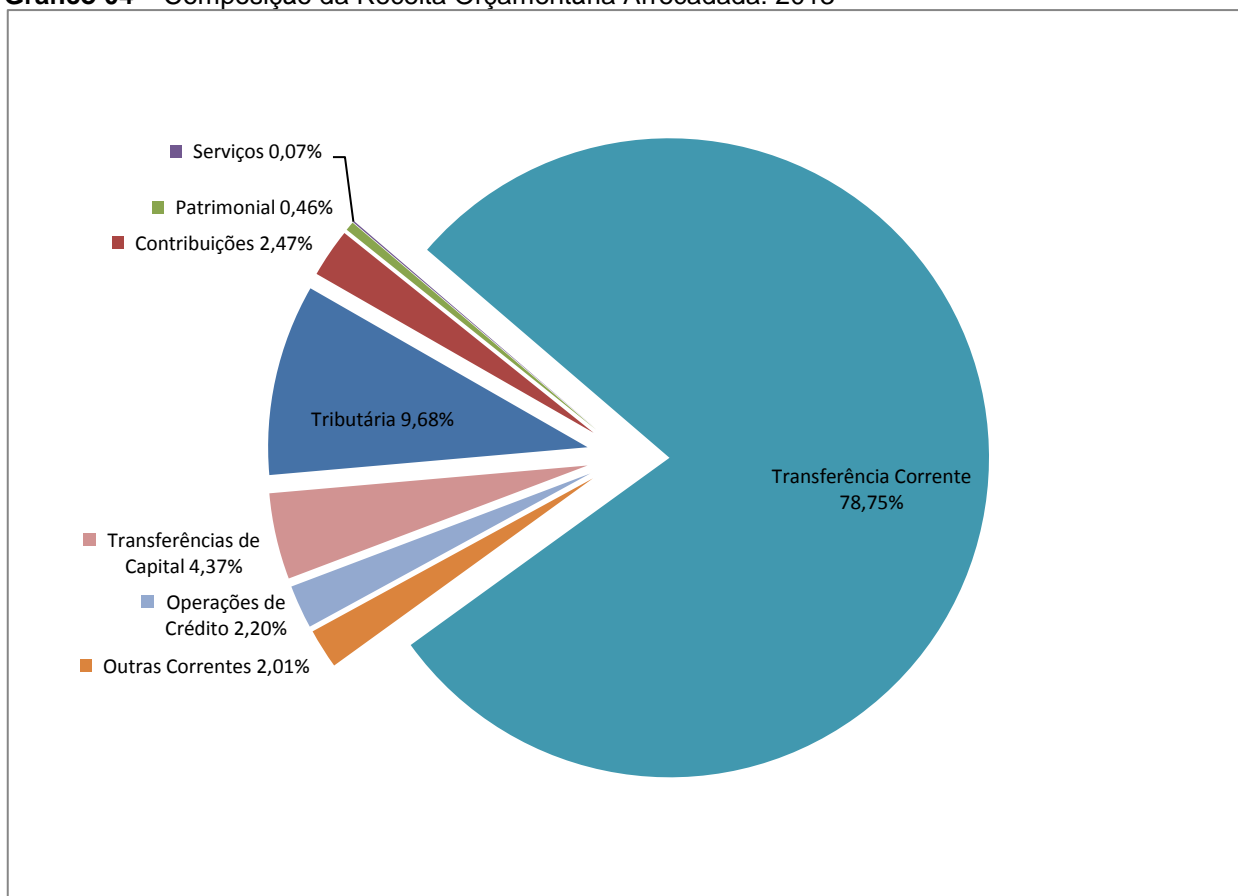
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	3.491.000,00	3.543.757,84	101,51
Receita de Contribuições	1.000.000,00	903.478,00	90,35
Receita Patrimonial	325.000,00	168.597,30	51,88
Receita de Serviços	80.000,00	26.120,00	32,65
Transferências Correntes	31.980.000,00	28.840.793,70	90,18
Outras Receitas Correntes	649.000,00	737.059,83	113,57
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>37.525.000,00</b>	<b>34.219.806,67</b>	<b>91,19</b>
Operações de Crédito	510.000,00	805.030,96	157,85
Alienação de Bens	105.000,00	-	-
Transferências de Capital	860.000,00	1.598.900,89	185,92
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.475.000,00</b>	<b>2.403.931,85</b>	<b>162,98</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>39.000.000,00</b>	<b>36.623.738,52</b>	<b>93,91</b>

**Fonte:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013**

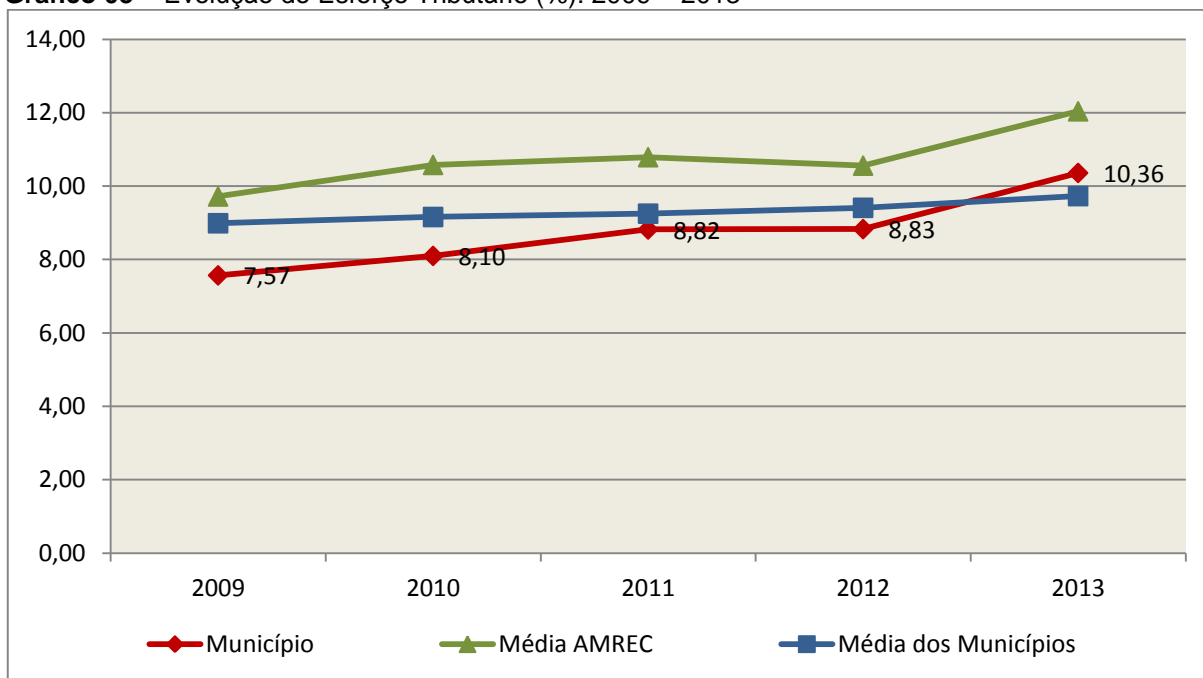


**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **78,75%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013

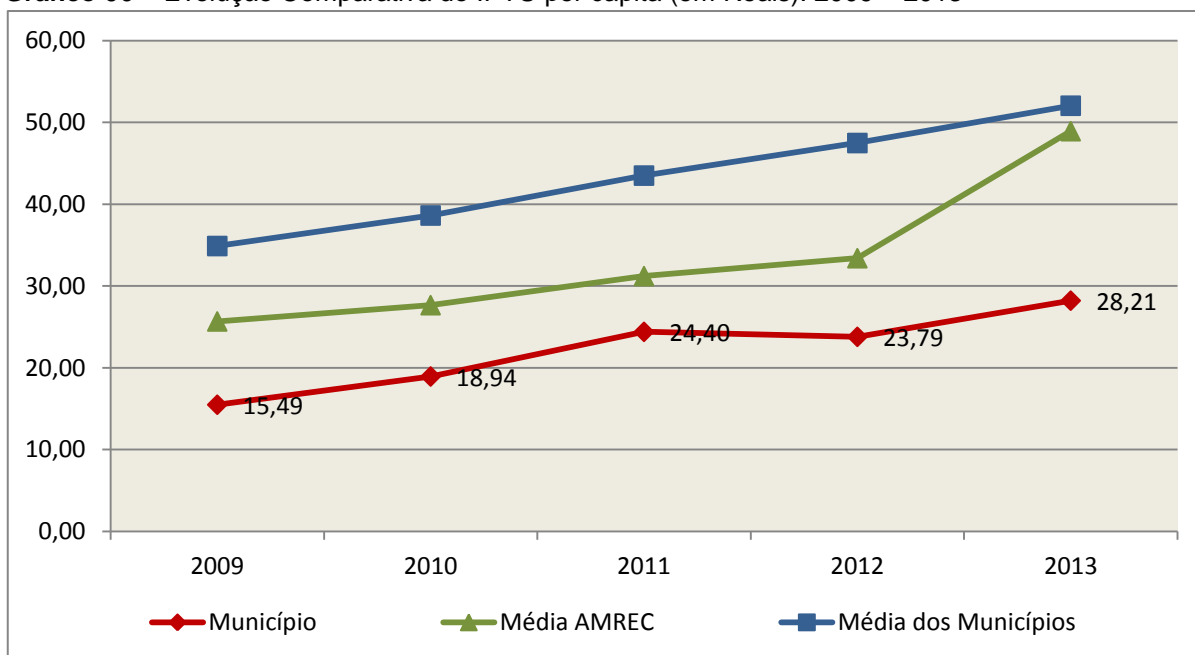


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

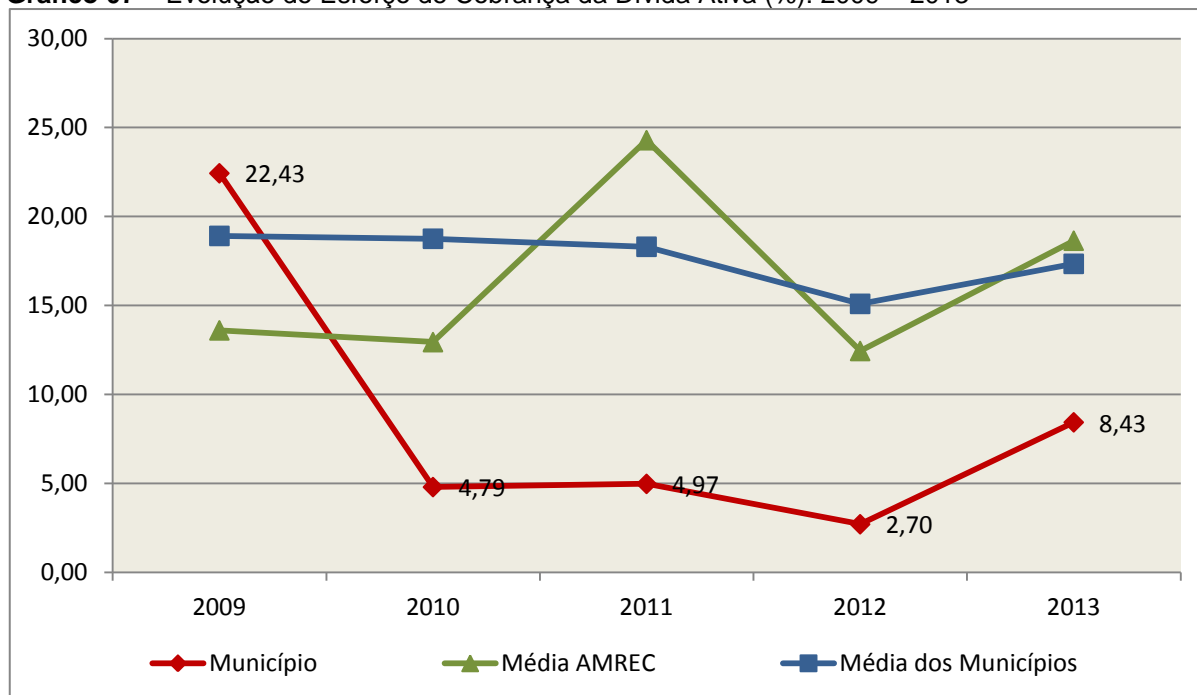
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
2.963.742,48	0,00	0,00	0,00	249.839,51	0,00	2.713.902,97

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07** – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada:  
2013

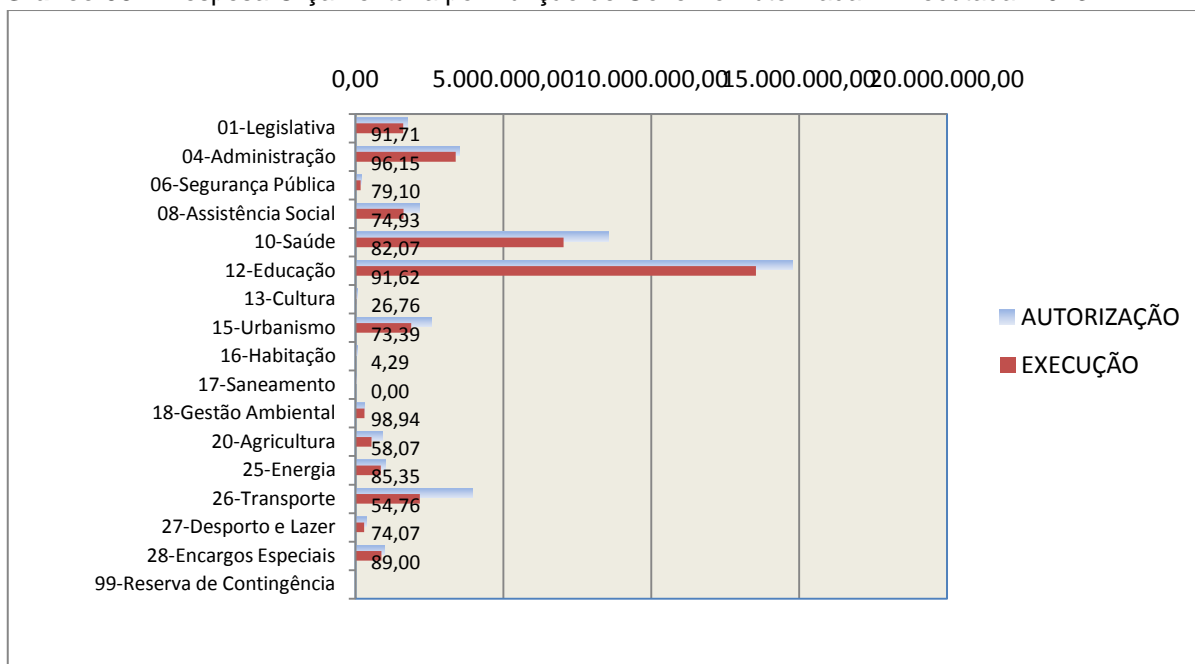
<b>DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO</b>	<b>AUTORIZAÇÃO<sup>1</sup> (R\$)</b>	<b>EXECUÇÃO<sup>2</sup> (R\$)</b>	<b>% EXECUTADO</b>
01-Legislativa	1.750.000,00	1.605.000,00	91,71
04-Administração	3.515.500,00	3.380.074,94	96,15
06-Segurança Pública	219.000,00	173.235,41	79,10
08-Assistência Social	2.169.327,22	1.625.549,27	74,93
10-Saúde	8.572.308,38	7.035.155,94	82,07
12-Educação	14.779.961,56	13.541.980,45	91,62
13-Cultura	86.000,00	23.014,05	26,76
15-Urbanismo	2.559.800,00	1.878.739,01	73,39
16-Habitação	80.000,00	3.435,73	4,29
17-Saneamento	50.000,00	-	-
18-Gestão Ambiental	300.000,00	296.830,22	98,94
20-Agricultura	925.000,00	537.168,06	58,07
25-Energia	1.000.000,00	853.506,45	85,35
26-Transporte	3.958.054,71	2.167.306,45	54,76
27-Desporto e Lazer	385.000,00	285.178,85	74,07
28-Encargos Especiais	980.000,00	872.200,52	89,00
99-Reserva de Contingência	15.000,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>41.344.951,87</b>	<b>34.278.375,35</b>	<b>82,91</b>

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08** – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013



**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07** – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
01-Legislativa	1.192.985,35	1.120.733,32	1.273.000,00	1.414.809,58	1.605.000,00
04-Administração	2.246.382,44	2.334.141,51	2.584.808,54	3.325.431,57	3.380.074,94
06-Segurança Pública	136.638,27	95.331,55	127.455,61	138.856,75	173.235,41
08-Assistência Social	1.000.754,95	1.179.970,19	1.383.284,26	1.563.250,86	1.625.549,27
10-Saúde	4.856.310,93	4.854.219,46	5.053.412,27	7.060.274,06	7.035.155,94
12-Educação	8.187.486,12	9.127.994,05	11.310.087,69	12.377.814,43	13.541.980,45
13-Cultura	103.322,33	327.791,40	75.844,66	163.650,00	23.014,05
15-Urbanismo	1.519.289,41	1.667.832,64	2.025.726,81	2.392.525,14	1.878.739,01
16-Habitação	819,34	8.721,09	1.468,25	7.183,42	3.435,73
17-Saneamento	-	-	80.000,00	-	-
18-Gestão Ambiental	13.621,41	176.066,55	342.217,75	334.704,05	296.830,22
20-Agricultura	501.469,58	455.357,37	799.641,93	667.028,17	537.168,06
25-Energia	53.257,20	423.645,49	823.668,67	886.298,87	853.506,45
26-Transporte	2.529.206,02	3.548.373,45	2.372.036,85	6.389.452,84	2.167.306,45
27-Desporto e Lazer	286.359,58	338.969,48	375.701,31	689.019,21	285.178,85
28-Encargos Especiais	682.017,26	707.949,39	492.817,96	479.784,00	872.200,52

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	23.309.920,19	26.367.096,94	29.121.172,56	37.890.082,95	34.278.375,35

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08** – Apuração da Receita com Impostos: 2013

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	476.494,24	1,99
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.228.833,85	5,12
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	484.256,15	2,02
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	427.404,74	1,78
Cota do ICMS	9.872.630,97	41,14
Cota-Parte do IPVA	1.801.821,93	7,51
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	149.250,12	0,62
Cota-Parte do FPM	9.181.531,00	38,26
Cota do ITR	5.219,22	0,02
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	45.619,91	0,19
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	238.179,32	0,99
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	85.852,67	0,36
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>23.997.094,12</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.



**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	38.352.745,13
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	4.132.938,46
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>34.219.806,67</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10** – Balanço Patrimonial do Município de Morro da Fumaça (em Reais): 2012 – 2013

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Financeiro</b>	<b>1.910.905,46</b>	<b>2.283.296,44</b>	<b>Financeiro</b>	<b>3.032.694,15</b>	<b>1.052.090,01</b>
<b>Disponível</b>	<b>1.910.905,46</b>	<b>2.283.296,44</b>	<b>Depósitos</b>	<b>27.975,14</b>	<b>68.956,81</b>
Bancos Conta Movimento	188.976,48	465.340,83	Consignações	27.975,14	68.956,81
Bancos Conta Vinculada	1.721.928,98	1.817.955,61	<b>Restos a Pagar</b>	<b>3.004.719,01</b>	<b>1.016.124,21</b>
			Obrigações a Pagar	3.004.719,01	1.016.124,21
			Outras Obrigações a Curto Prazo	-	-32.991,01
<b>Permanente</b>	<b>20.742.162,28</b>	<b>21.152.151,46</b>	<b>Permanente</b>	<b>912.065,57</b>	<b>1.731.807,44</b>
<b>Bens e Valores em Circulação</b>	<b>742,84</b>	<b>742,84</b>	<b>Dívida Fundada</b>	<b>591.613,60</b>	<b>1.202.666,15</b>
<b>Dívida Ativa</b>	<b>2.963.742,48</b>	<b>2.713.902,97</b>	<b>Débitos Consolidados</b>	<b>320.451,97</b>	<b>529.141,29</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	217.713,63	250.000,00	Dívidas Renegociadas	150.451,97	59.205,26
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	2.746.028,85	2.463.902,97	Obrigações a Pagar	170.000,00	469.936,03
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>20.400,00</b>	<b>20.400,00</b>	<b>DIVERSAS PROVISÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos do RPPS - LP	0,00	20.400,00	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
<b>Imobilizado</b>	<b>17.757.276,96</b>	<b>18.417.105,65</b>			
Bens Móveis e Imóveis	17.757.276,96	18.417.105,65			
Bens Imóveis	10.172.616,59	10.575.009,87			

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
Bens Móveis	7.584.660,37	7.842.095,78			
<b>ATIVO REAL</b>	<b>22.653.067,74</b>	<b>23.435.447,90</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>3.944.759,72</b>	<b>2.783.897,45</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>18.708.308,02</b>	<b>20.651.550,45</b>
			Ativo Real Líquido	18.708.308,02	20.651.550,45
<b>TOTAL</b>	<b>22.653.067,74</b>	<b>23.435.447,90</b>	<b>TOTAL</b>	<b>22.653.067,74</b>	<b>23.435.447,90</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 1.231.206,43** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,46** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 2.562.513,22** passando de um Déficit de **R\$ 1.331.306,79** para um Superávit de **R\$ 1.231.206,43**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 7.944,79**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	1.910.905,46	2.283.296,44	372.390,98
Passivo Financeiro	3.242.212,25	1.052.090,01	-2.190.122,24
<b>Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado</b>	<b>-1.331.306,79</b>	<b>1.231.206,43</b>	<b>2.562.513,22</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

**Quadro 11 – A – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)**

Descrição	Valor
Prefeitura: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas – Ajuste exercício anterior	145.362,89
Demais Unidades: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas – Ajuste exercício anterior	64.155,21
<b>Total acrescido no Saldo Inicial do Passivo Financeiro</b>	<b>209.518,10</b>

Obs.: Sobre a divergência entre as Transferências Financeiras Recebidas e as Concedidas, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: A divergência entre a variação do Saldo Patrimonial Financeiro e o Resultado da Execução Orçamentária consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a

pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Morro da Fumaça, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

**Quadro 11- B – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso (em reais).**

FORTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
12 - Serviços de Saúde	186.179,13	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	49.316,64	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	0,00	Superávit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)		
22 - Transferências de Convênios - Educação	0,00	Superávit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	130.057,33	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-27.209,89	Déficit
47 - Apoio a Pessoa Idosa - API	1.641,90	Superávit
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC	40.582,78	Superávit
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	143.509,19	Superávit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	3,18	Superávit
51 - Programa Sentinela	0,00	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	-19.876,90	Déficit
53 - Transferências de Convênios – Assistência Social	0,00	Superávit
58 - Salário Educação	100,35	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.489,37	Superávit

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	51,08	Superávit
64 - Atenção Básica	722.293,97	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	11.195,07	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	0,00	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	89.238,95	Superávit
70 - Gestão SUS	40.227,85	Superávit
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	-243.099,17	Déficit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>-290.185,96</b>	
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	137.208,98	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-280,00	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-31.423,38	
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>105.505,60</b>	<b>Superávit</b>

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

\* As disponibilidades da Câmara Municipal de Morro da Fumaça foram consideradas como recursos vinculados.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013**

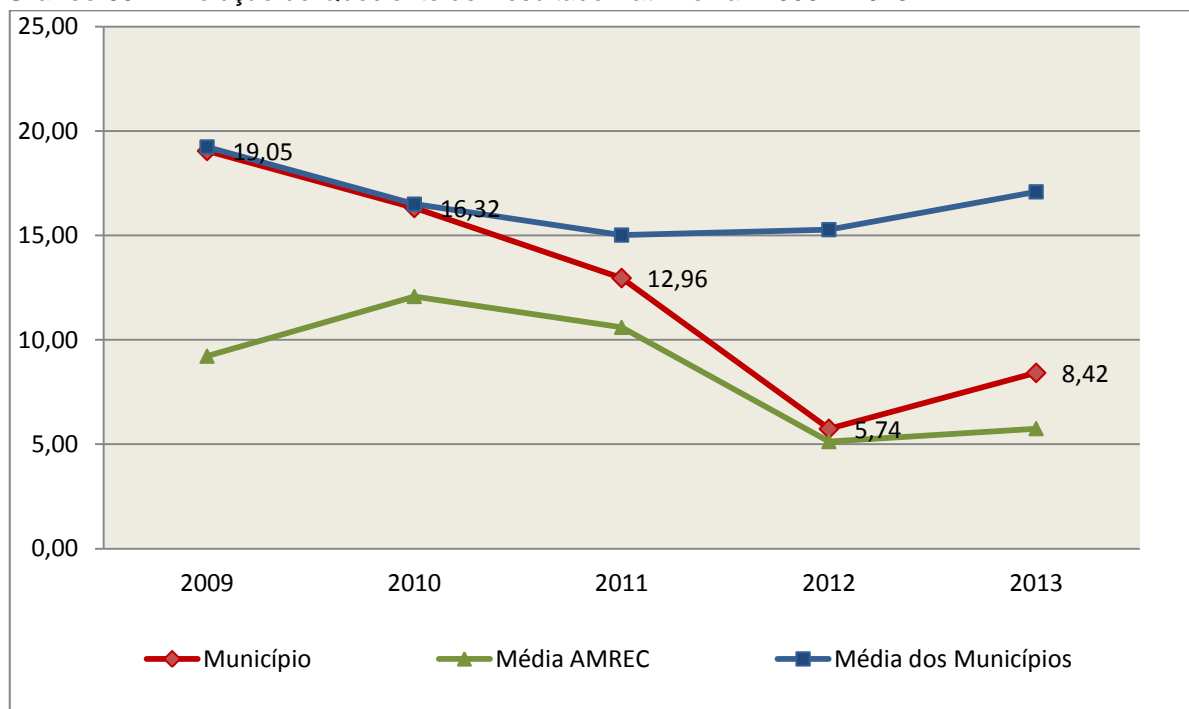
ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Despesa Executada	23.309.920,19	26.367.096,94	29.121.172,56	37.890.082,95	34.278.375,35
2 Restos a Pagar	331.161,08	875.754,78	1.457.958,70	3.004.719,01	1.016.124,21
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.876.929,83	1.663.844,58	3.812.665,88	1.910.905,46	2.283.296,44
4 Passivo Financeiro Ajustado	332.707,13	954.458,94	1.483.828,74	3.242.212,25	1.052.090,01
5 Ativo Real	14.843.576,40	16.257.104,95	21.955.805,55	22.653.067,74	23.435.447,90
6 Passivo Real	779.376,70	996.227,24	1.693.557,84	3.944.759,72	2.783.897,45
<b>QUOCIENTES</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Resultado Patrimonial (5÷6)	19,05	16,32	12,96	5,74	8,42
Situação Financeira (3÷4)	5,64	1,74	2,57	0,59	2,17
Restos a Pagar (2÷1)*100	1,42	3,32	5,01	7,93	2,96

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013



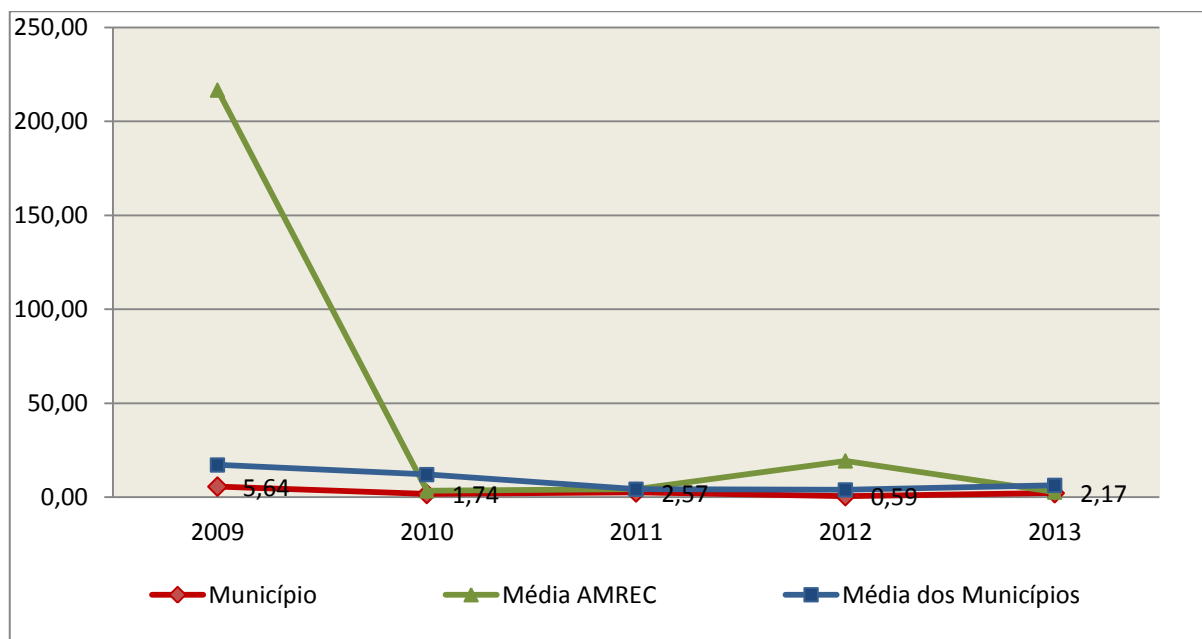
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **8,42** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

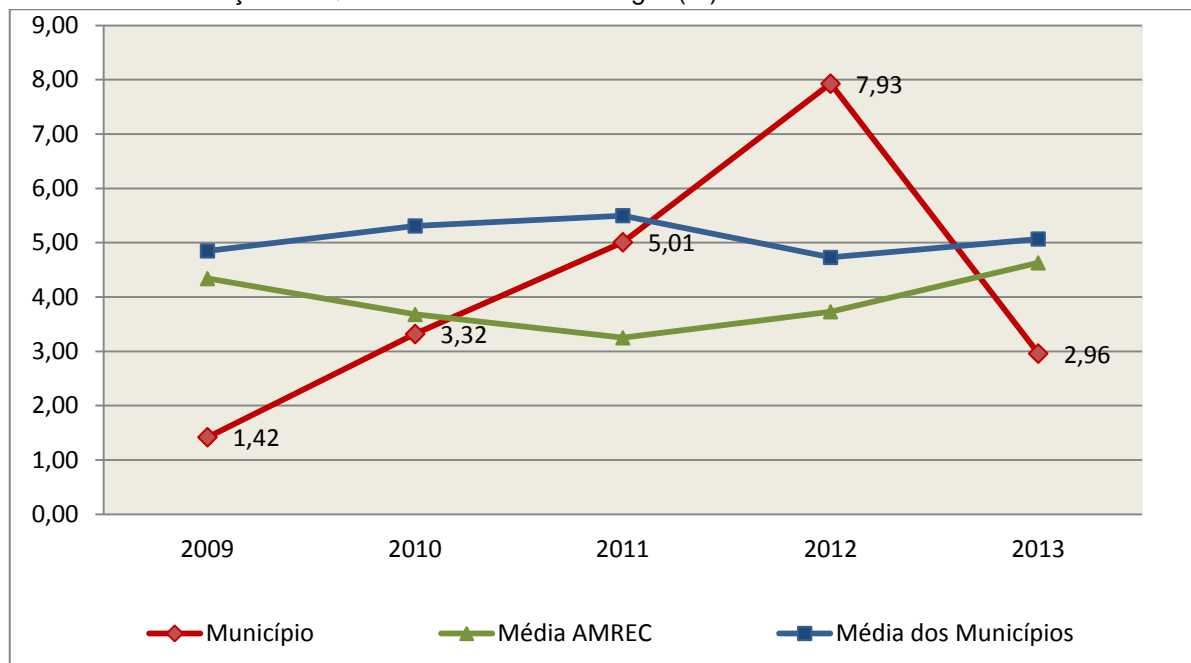
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **2,17** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Morro da Fumaça é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **2,96%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.808.387,12** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **20,04%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.208.823,00**, representando **5,04%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o



disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

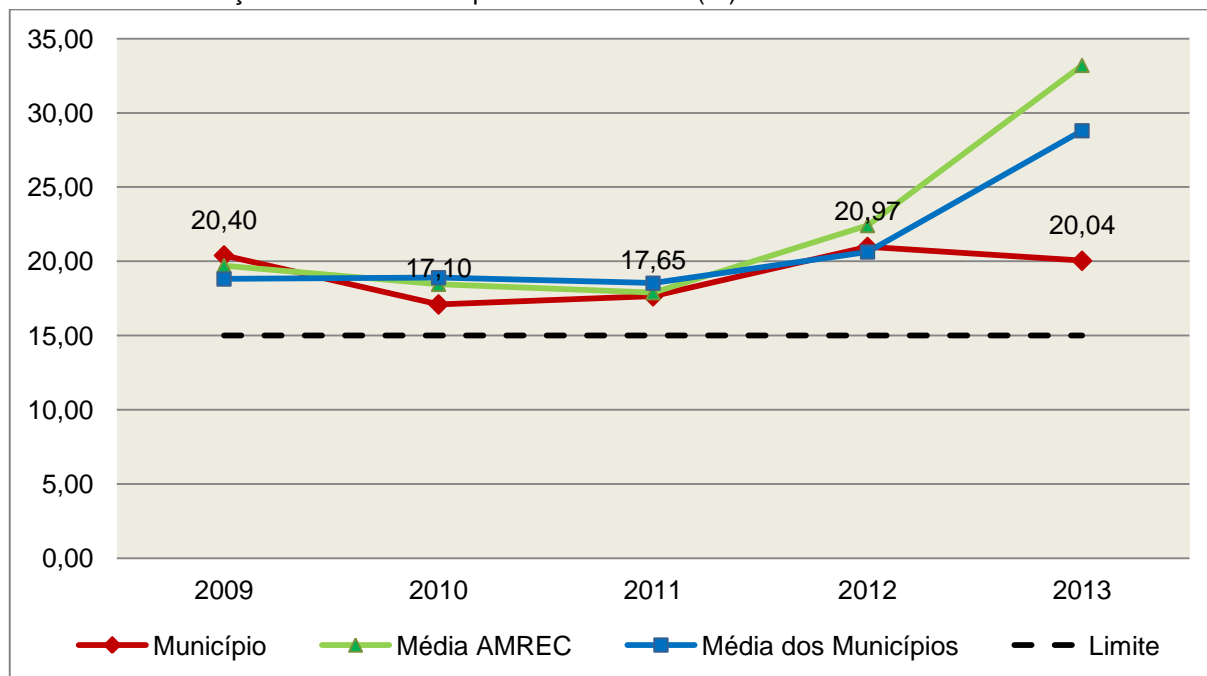
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>23.997.094,12</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.035.155,94	29,32
Atenção Básica	6.809.157,02	28,37
Vigilância Sanitária	144.323,98	0,60
Vigilância Epidemiológica	81.674,94	0,34
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	2.226.768,82	9,28
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>4.808.387,12</b>	<b>20,04</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.599.564,12	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>1.208.823,00</b>	<b>5,04</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Morro da Fumaça em 2013 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 7.598.562,25** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **31,66%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.599.288,72**, representando **6,66%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

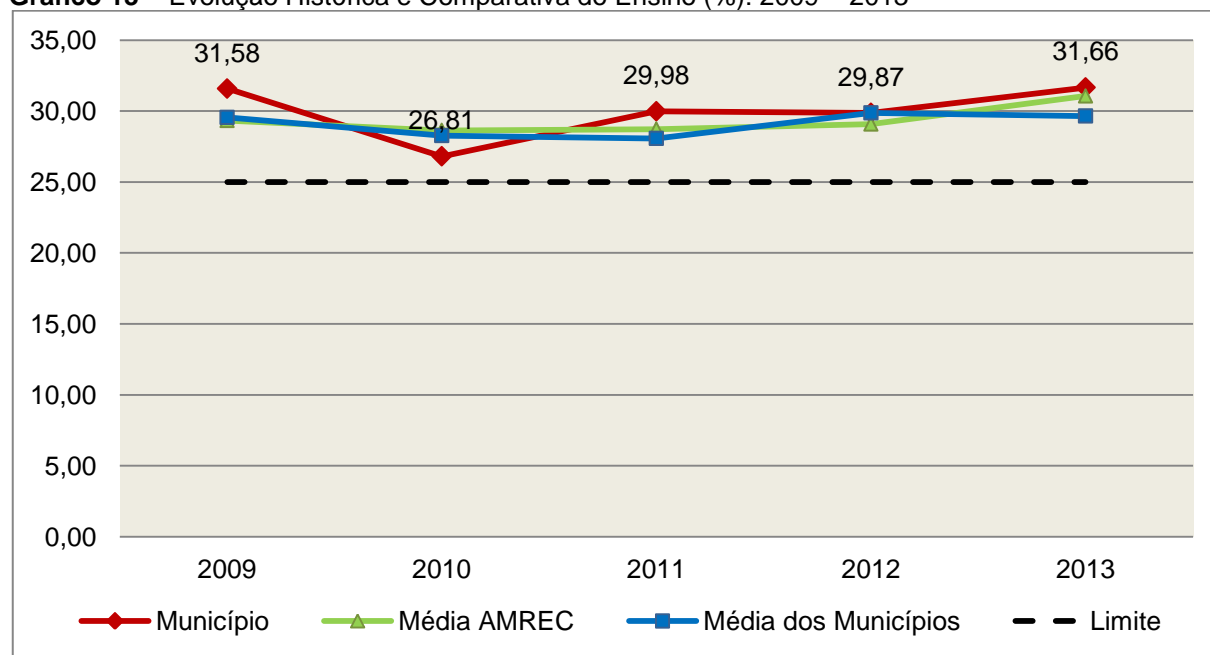
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>23.997.094,12</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>653.997,67</b>	<b>2,73</b>
Educação Infantil	653.997,67	2,73
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>11.703.343,51</b>	<b>48,77</b>
Ensino Fundamental	11.703.343,51	48,77
<b>Valor Aplicado Ensino Básico</b>	<b>256.118,07</b>	<b>0,01</b>
<b>Valor Aplicado Administração Ligada ao Ensino</b>	<b>256.118,07</b>	<b>0,01</b>
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	1.722.830,69	7,18
(-) Ganho com FUNDEB	3.288.234,48	13,70
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.831,83	0,02
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>7.598.562,25</b>	<b>31,66</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	5.999.273,53	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>1.599.288,72</b>	<b>6,66</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Morro da Fumaça em 2013 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 6.956.558,98**, equivalendo a **93,69%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

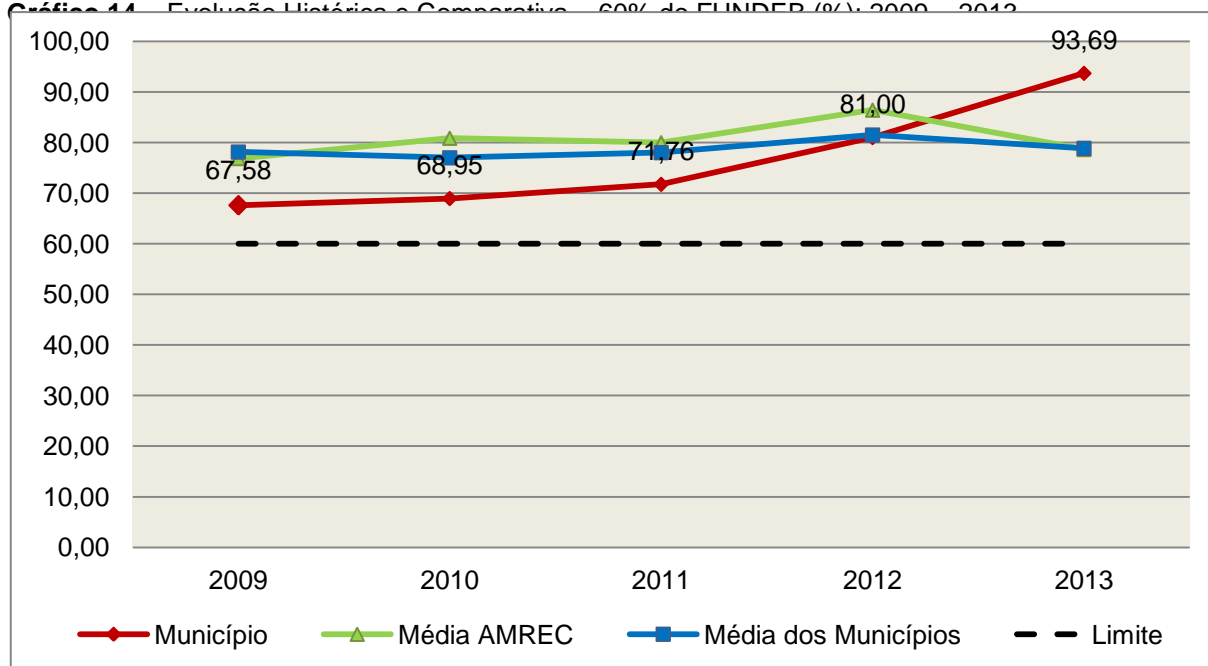
**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	7.421.172,94
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	3.831,83
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>7.425.004,77</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	4.455.002,86
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	6.956.558,98
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>2.501.556,12</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Avaliação Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 7.425.004,77**, equivalendo a **100,00%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013

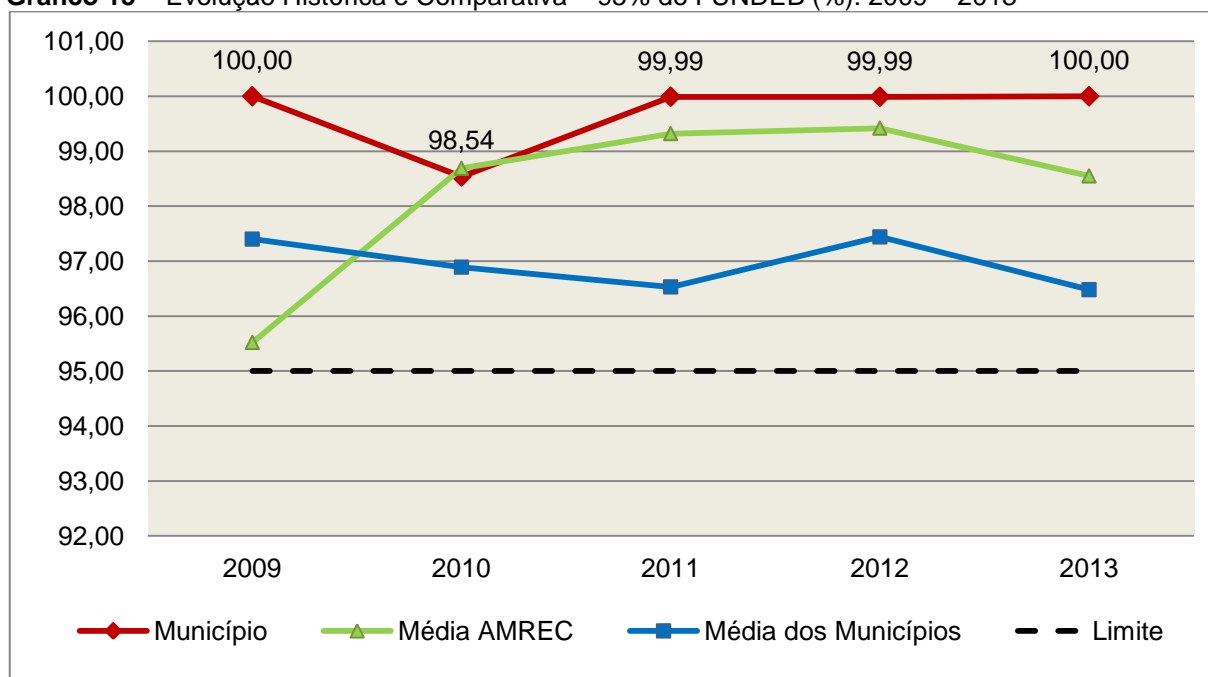
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>7.425.004,77</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	7.053.754,53
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	7.425.004,77
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>371.250,24</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Morro da Fumaça ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município não realizou despesas com o saldo do exercício anterior do FUNDEB no valor de **R\$ 413,41**, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal).

**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013:** No tocante aos recursos do FUNDEB oriundos do exercício em análise, a Instrução apurou a ausência de saldo remanescente em 31/12/2013.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>34.219.806,67</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	20.531.884,00	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>18.061.536,06</b>	<b>52,78</b>
Pessoal e Encargos	18.031.875,63	52,69
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução (Despesas de Pessoal contabilizadas indevidamente em Indenizações Restituições Trabalhistas)	29.660,43	0,09
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>1.251.226,25</b>	<b>3,66</b>
Pessoal e Encargos	1.251.226,25	3,66
<b>Total das deduções das despesas com pessoal*</b>	<b>47.013,72</b>	<b>0,14</b>
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>19.265.748,59</b>	<b>56,30</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.266.135,41	3,70

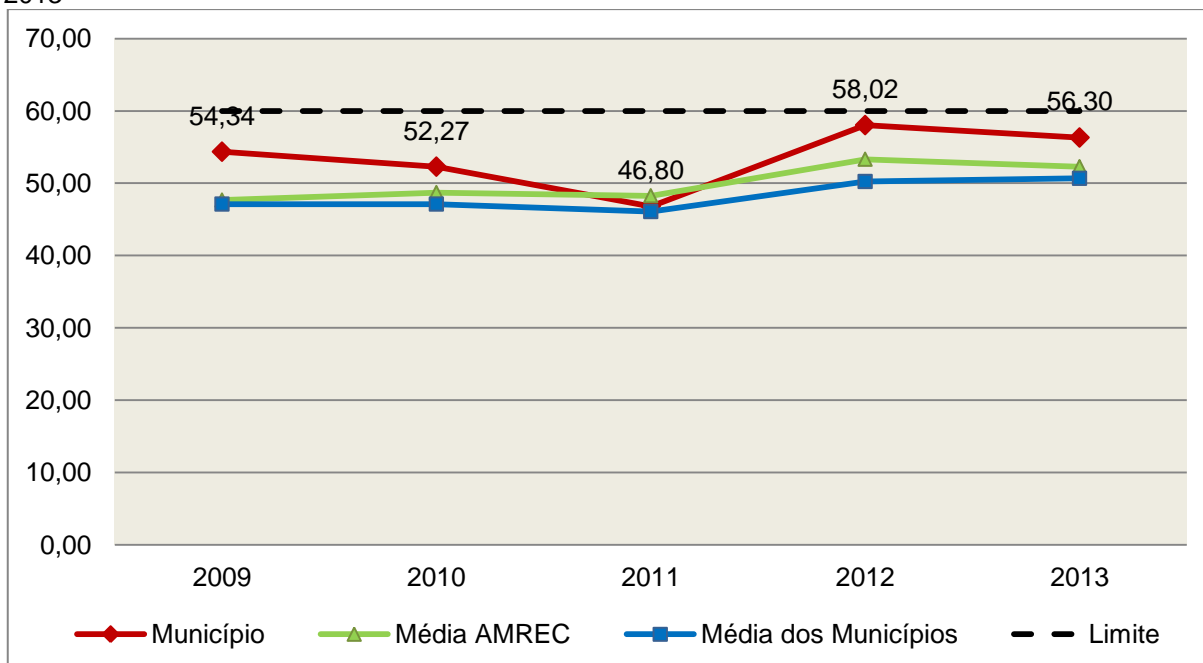
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **56,30%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Morro da Fumaça, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>34.219.806,67</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	18.478.695,60	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	18.061.536,06	52,78
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	47.013,72	0,14
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>18.014.522,34</b>	<b>52,64</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	464.173,26	1,36

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

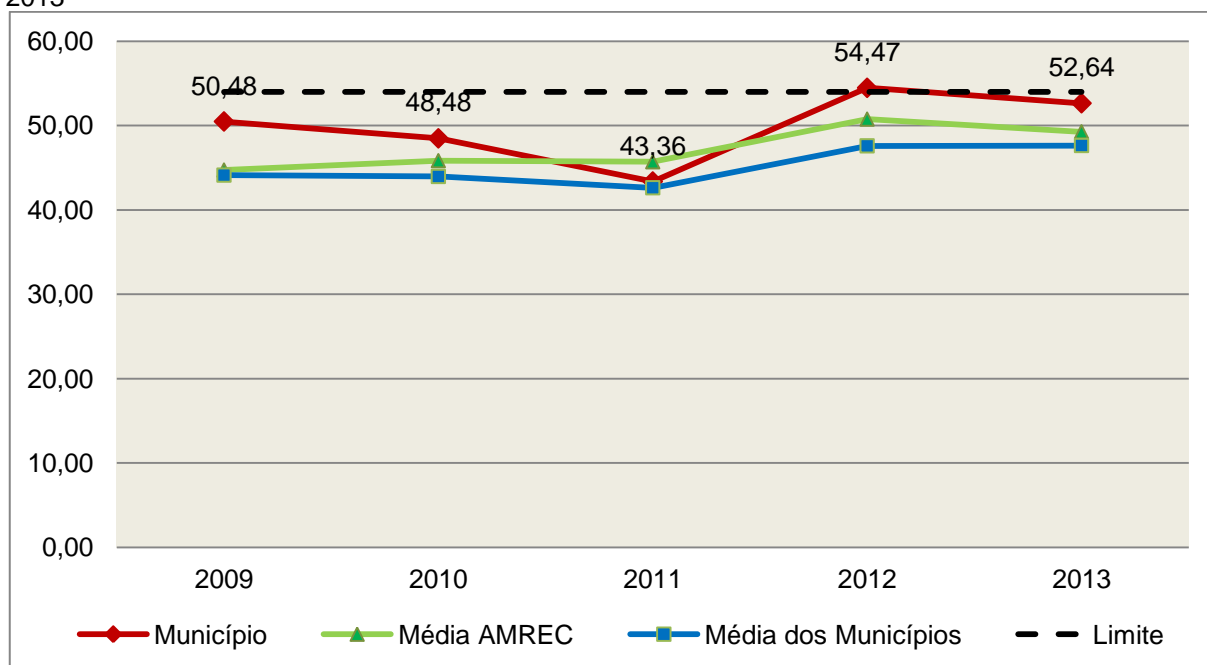
\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.



O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **52,64%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013

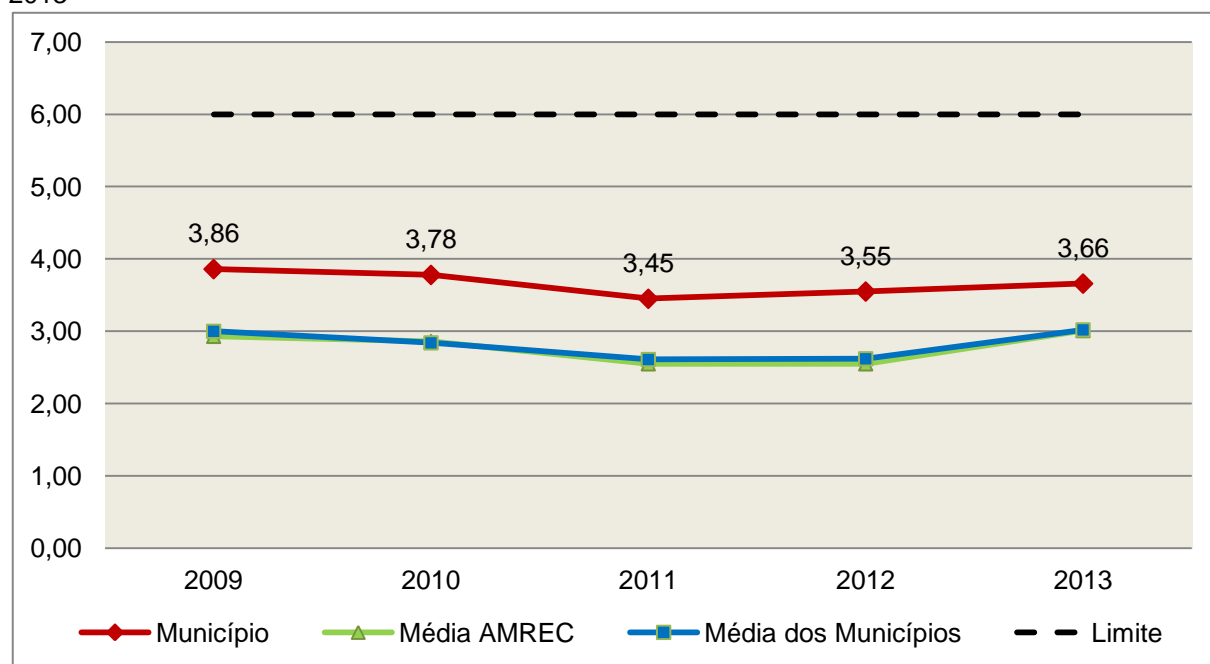
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>34.219.806,67</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.053.188,40	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.251.226,25	3,66
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>1.251.226,25</b>	<b>3,66</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	801.962,15	2,34

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,66%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

### 6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Morro da Fumaça**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Morro da Fumaça**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

### **6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve



ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Morro da Fumaça**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA**

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos

de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Morro da Fumaça, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 1.823,75) representa 0,01% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 23.430.661,07).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 109 a 140, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 131 a 133;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Fundo de Assistência Social, conforme fl. 134 dos autos.

#### **6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Morro da Fumaça**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

## 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Morro da Fumaça**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

## **6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)**

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Morro da Fumaça**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013.

## **7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010**

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais

dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Morro da Fumaça**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20** – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

<b>I – QUANTO À FORMA</b>	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>DESCUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>	
<b>DESPESA</b>	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>
b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>



e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>

<b>RECEITA</b> (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>DESCUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 13/12/2013 (fl.156 dos autos ).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

## 8. RESTRIÇÕES APURADAS

### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Balanço Patrimonial (Consolidado) - Anexo 14, apresentando indevidamente a conta "Outras Obrigações a Curto Prazo", com saldo devedor de **R\$ 32.991,01**, em desacordo com o que estabelece o art. 85 c/c 105 da Lei nº 4.320/64 (Quadro 10, deste Relatório).

8.1.2 Ausência de realização de despesas, no primeiro trimestre de 2013, com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 413,41**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

- 8.1.3 Divergência, no valor de **R\$ 4.802,50**, entre as Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 7.549.441,86) e as Transferências Financeiras Concedidas (R\$ 7.554.244,36), evidenciadas no Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, caracterizando afronta ao artigo 85 da referida Lei (Folha 88 dos autos).
- 8.1.4 Divergência, no valor de **R\$ 204.715,60**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 2.562.513,22) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 2.345.363,17), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 12.434,45, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 02 e 11). Registra-se que parte se refere ao ajuste efetuado no resultado financeiro.
- 8.1.5 Despesas empenhadas com a Especificação da Fonte de Recursos do FUNDEB (R\$ 8.305.231,45) em montante superior aos recursos auferidos no exercício (R\$ 7.425.004,77), na ordem de **R\$ 880.226,68**, em desacordo com os artigos 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 50, I, do mesmo diploma legal (Sistema e-Sfinge e Anexo 10, fls. 38/44).
- 8.1.6 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).
- 8.2 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR
- 8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6).

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

### Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 2.345.363,17
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 1.231.206,43
4) LIMITES	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
4.1) Saúde	15,00%	20,04%
4.2) Ensino	25,00%	31,66%
4.3) FUNDEB	60,00%	93,69%
	95,00%	100,00%
4.4) Despesas com pessoal	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
a) Município	60,00%	56,30%
b) Poder Executivo	54,00%	52,64%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,66%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	<b>DESCUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Morro da Fumaça**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas nos itens **8.1 e 8.2**, respectivamente, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades apontadas no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,  
DMU/Divisão 9, em 02/09/2014.

MOEMA RIBEIRO DAUX  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

LUCIA HELENA GARCIA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 9**

De Acordo  
Em 02/09/2014.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Coordenadoria de Controle de**  
**Contas de Prefeito**

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt  
**Diretor**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.225.511,14
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	187,28
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	1.070,40
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>2.226.768,82</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	2.045,00
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	1.282,00
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	929.184,37
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	174.127,95
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental (Inativos: R\$ 556.321,79) (Manutenção do ensino médio e profissionalizante: R\$ 57.715,29)	614.037,08
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - Administração (12.122, 12.123 e 12.128)	2.154,29
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>1.722.830,69</b>

### Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Sentenças Judiciais (3.1.90.91 e 3.1.91.91)	17.353,29
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	29.660,43
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo</b>	<b>47.013,72</b>
<b>Total das deduções das despesas com pessoal</b>	<b>47.013,72</b>

### Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	7.421.172,94
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	3.831,83
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	0,00
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
<b>(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2013</b>	<b>7.425.004,77</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
12 - Serviços de Saúde	2013	301	1.258.803,38	1.258.803,38	1.258.803,38
12 - Serviços de Saúde	2013	305	69.562,47	69.562,47	69.562,47
64 - Atenção Básica	2013	301	416.479,11	416.479,11	416.479,11
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2013	301	270.410,63	270.410,63	270.410,63
66 - Vigilância em Saúde	2013	304	17.757,10	17.757,10	17.757,10
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2013	301	192.498,45	192.498,45	192.498,45
<b>TOTAL</b>			<b>2.225.511,14</b>	<b>2.225.511,14</b>	<b>2.225.511,14</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	678	10/06/2013	DETRAN - SC	85,13	85,13	85,13	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PAGAMENTO DE MULTA DO VEÍCULO FIESTA MJG3316, EM CAXIAS DO SUL, NO DIA 18/11/2012 AS 11H:14MIN, TRANSITAR EM VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA EM ATÉ 20%, MOTORISTA EDIVALDO DA SILVA MARTINS, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	679	10/06/2013	DETRAN - SC	102,15	102,15	102,15	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PAGAMENTO DE MULTA DO VEÍCULO FIAT DOBLO MKW0636, EM MORRO DA FUMAÇA, NO DIA 28/01/2013 AS 16H:03MIN, TRANSITAR EM VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA EM MAIS DE 20% ATÉ 50%, MOTORISTA CARLOS ROBERTO MARQUES, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
<b>TOTAL</b>						<b>187,28</b>	<b>187,28</b>	<b>187,28</b>	

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1259	07/08/2013	JOSÉ JÚLIO VIEIRA DA ROSA ME	1.275,00	1.275,00	1.275,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA OS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DA ETAPA MUNICIPAL DE ATLETISMO, CONFORME O.C. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1309	19/08/2013	CASA DAS GAITAS LTDA	350,00	350,00	350,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE PELE LUEN 22º NYLON ARA DE USO DA FANFARRA, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1440	06/09/2013	SAMOEL MAGAGNIN RECCO ME	420,00	420,00	420,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE ÁGUA PARA OS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DA FANFARRA E AUTORIDADES CONVIDADAS PARA O DIA 07 DE SETEMBRO, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
<b>TOTAL</b>						<b>2.045,00</b>	<b>2.045,00</b>	<b>2.045,00</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	361	182.000,42	182.000,42	182.000,42
58 - Salário Educação	2013	361	691.980,34	691.980,34	691.980,34
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	361	55.203,61	55.203,61	55.203,61
<b>TOTAL</b>			<b>929.184,37</b>	<b>929.184,37</b>	<b>929.184,37</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	00 - Recursos Ordinários	361	120	31/01/2013	LUIZ GUSTAVO PAGNAN MARAGNO	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE JANEIRO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	00 - Recursos Ordinários	361	121	31/01/2013	MARILZA TEIXEIRA DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE JANEIRO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fumaça									
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	00 - Recursos Ordinários	361	122	31/01/2013	MONICA GRACIANO FRASSON	550,00	550,00	550,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE JANEIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	00 - Recursos Ordinários	361	123	31/01/2013	GABRIELE BURATTO BARRO	315,00	315,00	315,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE JANEIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	00 - Recursos Ordinários	361	124	31/01/2013	RAQUEL DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE JANEIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	00 - Recursos Ordinários	361	125	31/01/2013	BRUNO PEREIRA ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE JANEIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	00 - Recursos Ordinários	361	331	12/03/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	294,00	294,00	294,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS,CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	27	08/01/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	210,00	210,00	210,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE TAXA DE MANUTENÇÃO DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS,CONFORME AUTORIZAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	247	28/02/2013	BRUNO PEREIRA ROCHA	66,66	66,66	66,66	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE FEVEREIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	248	28/02/2013	GABRIELE BURATTO BARRO	450,00	450,00	450,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE FEVEREIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	249	28/02/2013	LUIZ GUSTAVO PAGNAN MARAGNO	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE FEVEREIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	250	28/02/2013	RAQUEL DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE FEVEREIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	251	28/02/2013	MONICA GRACIANO FRASSON	550,00	550,00	550,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE FEVEREIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	252	28/02/2013	MARILZA TEIXEIRA DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE FEVEREIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	253	28/02/2013	BRUNA INEZ DA COSTA	678,00	678,00	678,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE FEVEREIRO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	431	28/03/2013	MONICA GRACIANO FRASSON	550,00	550,00	550,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	432	28/03/2013	RAQUEL DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	433	28/03/2013	NATALI LEONARDO	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	434	28/03/2013	BRUNA INEZ DA COSTA	678,00	678,00	678,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	435	28/03/2013	MATEUS FELICIANO IZEPON	209,99	209,99	209,99	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	436	28/03/2013	DAIANE CARDOSO PATRICIO	195,00	195,00	195,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	437	28/03/2013	JESSICA PUZISKI PACHECO	209,99	209,99	209,99	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura	01 - Receitas de	361	438	28/03/2013	LUIZ GUSTAVO	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Morro da Fumaça	Impostos e Transf de Impostos: Educação				PAGNAN MARAGNO				PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	439	28/03/2013	VANESSA GOMES PIZZETTI GUOLLO	173,33	173,33	173,33	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	440	28/03/2013	MURILLO SARTOR	209,99	209,99	209,99	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	441	28/03/2013	FRANCIÉLEN FORMANSKI	450,00	450,00	450,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	442	28/03/2013	REGIANI LEOPOLDINA CARDOSO	173,33	173,33	173,33	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	443	28/03/2013	SHEILA BORGES TEODORO	209,99	209,99	209,99	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	444	28/03/2013	DENISE BRAZ DA SILVA	239,99	239,99	239,99	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	445	28/03/2013	MALONI SARTOR	550,00	550,00	550,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	446	28/03/2013	MARILZA TEIXEIRA DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	447	28/03/2013	LIDIANE DA ROSA FERNANDES	209,99	209,99	209,99	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	448	28/03/2013	JHANIFER EZEQUIEL P. MARTINS	173,33	173,33	173,33	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013,CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Morro da Fumaça	de Impostos: Educação								MARÇO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	449	28/03/2013	FRANCIELI RABELO	150,00	150,00	150,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	450	28/03/2013	EMILY R. SIMONI	66,66	66,66	66,66	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	451	28/03/2013	CRISTIANI DO N. COIMBRA	209,99	209,99	209,99	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	452	28/03/2013	BARBARA CARDOSO FERMIANO	166,66	166,66	166,66	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	453	28/03/2013	ALICE DOS SANTOS RONSANI	133,33	133,33	133,33	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	532	08/04/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT. CAT.	740,00	740,00	740,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	577	18/04/2013	DANUBIA BERTAN	173,33	173,33	173,33	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	578	18/04/2013	DIANDRA BERTAN	173,33	173,33	173,33	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MES DE MARÇO/2013, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	588	22/04/2013	MONICA GRACIANO FRASSON	1.650,00	1.650,00	1.650,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERÍODO DE ABRIL/2013 A JUNHO/2013, CONFORME CONTRATO 006/2013 DE 08 DE JANEIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	589	22/04/2013	BRUNA INEZ DA COSTA	6.102,00	6.102,00	6.102,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERÍODO ABRIL/2013 A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO 015/2013 DE 24 DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fumaça	Educação								JANEIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	590	22/04/2013	NATALI LEONARDO	3.600,00	3.600,00	3.600,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO 029 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	592	22/04/2013	MALONI SARTOR	4.950,00	4.950,00	4.950,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 030 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	594	22/04/2013	VANESSA GOMES PIZZETTI GUOLLO	3.200,00	3.200,00	3.200,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO DE 031 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	595	22/04/2013	DANUBIA BERTAN	3.600,00	3.600,00	3.600,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 042 DE 01 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	596	22/04/2013	FRANCIÉLEN FORMANSKI	450,00	450,00	450,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 043 DE 01 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	597	22/04/2013	CRISTIANI DO N. COIMBRA	2.800,00	2.800,00	2.800,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 044 DE 01 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	598	22/04/2013	DENISE BRAZ DA SILVA	2.000,00	2.000,00	2.000,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO 045 DE 01 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	600	22/04/2013	LIDIANE DA ROSA FERNANDES	2.998,39	2.998,39	2.998,39	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIOD DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO 052 DE 13 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	602	22/04/2013	JESSICA PUZISKI PACHECO	2.100,00	2.100,00	2.100,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013, CONFORME CONTRATO 053 DE 13 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	603	22/04/2013	SHEILA BORGES TEODORO	2.310,06	2.310,06	2.310,06	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO 054 DE 13 DE MARÇO DE 2013



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	604	22/04/2013	MURILLO SARTOR	1.050,00	1.050,00	1.050,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 055 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	605	22/04/2013	MATEUS FELICIANO IZEPON	1.575,00	1.575,00	1.575,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO 056 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	607	22/04/2013	JHANIFER EZEQUIEL P. MARTINS	800,00	800,00	800,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO 057 DE 13 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	609	22/04/2013	REGIANI LEOPOLDINA CARDOSO	3.600,00	3.600,00	3.600,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 013 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	635	24/04/2013	DIANDRA BERTAN	3.600,00	3.600,00	3.600,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 032 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	636	24/04/2013	DAIANE CARDOSO PATRICIO	4.050,00	4.050,00	4.050,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 033 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	637	24/04/2013	FRANCIELI RABELO	4.050,00	4.050,00	4.050,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 059 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	638	24/04/2013	ALICE DOS SANTOS RONSANI	3.200,00	3.200,00	3.200,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIODO DE ABRIL A DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO Nº 061.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	639	24/04/2013	BARBARA CARDOSO FERMIANO	2.998,39	2.998,39	2.998,39	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 060 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	640	24/04/2013	EMILY R. SIMONI	3.600,00	3.600,00	3.600,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO Nº 062 EM ANEXO.
Prefeitura	01 - Receitas de	361	641	24/04/2013	LUIS HENRIQUE DE	5.400,00	5.400,00	5.400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Morro da Fumaça	Impostos e Transf de Impostos: Educação				BIASI				PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013, CONFORME CONTRATO 089 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	644	24/04/2013	JACQUELINI VIEIRA DE SOUZA	2.799,97	2.799,97	2.799,97	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013, CONFORME CONTRATO 090 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	645	24/04/2013	JOSIANI LEOPOLDINA CARDOSO	133,40	133,40	133,40	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MARÇO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 064 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	646	24/04/2013	MAIARA CARDOSO DA SILVA	1.761,64	1.761,64	1.761,64	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013, CONFORME CONTRATO 092 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	647	24/04/2013	JOSIANI LEOPOLDINA CARDOSO	1.280,04	1.280,04	1.280,04	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 064 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	648	24/04/2013	DANIELI VIEL DE OLIVEIRA	3.150,00	3.150,00	3.150,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013, CONFORME CONTRATO 093 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	651	24/04/2013	VANESSA SORATO ZANATTA	2.601,58	2.601,58	2.601,58	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 094 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	652	24/04/2013	LUANA RABELLO	1.070,48	1.070,48	1.070,48	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 073 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	653	24/04/2013	CRYSLAINE GISLON SABINO	2.974,87	2.974,87	2.974,87	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 095 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	654	24/04/2013	FRANCINE MENDES PONCIANO	3.150,00	3.150,00	3.150,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 074 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	655	24/04/2013	ADEMIR VARGAS FILHO	9.000,00	9.000,00	9.000,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 074 EM ANEXO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Morro da Fumaça	de Impostos: Educação								DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 096 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	656	24/04/2013	CLAUDIANE DOS SANTOS	2.974,87	2.974,87	2.974,87	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 098 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	658	24/04/2013	GABRIELA FORMENTIN DE ROCHE	4.050,00	4.050,00	4.050,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 099 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	659	24/04/2013	DANIELA EZEQUIEL DA ROSA	2.613,24	2.613,24	2.613,24	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 106 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	660	24/04/2013	TAYNÁ ROSA	2.752,96	2.752,96	2.752,96	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 076 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	661	24/04/2013	AMANDA SILVEIRA BERNANDO	1.703,02	1.703,02	1.703,02	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 106 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	662	24/04/2013	CAMILA GHIZANE DE OLIVEIRA	2.881,59	2.881,59	2.881,59	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 106 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	663	24/04/2013	WESLEY RICARDO DE SOUZA	2.800,00	2.800,00	2.800,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO Nº 114 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	691	30/04/2013	MURILO SARTOR	1.750,00	1.750,00	1.750,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013, CONFORME CONTRATO 055 DE 13 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	692	30/04/2013	MARILZA TEIXEIRA DE SOUZA	3.600,00	3.600,00	3.600,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013, CONFORME CONTRATO ANEXO.
Prefeitura Municipal Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	693	30/04/2013	LUIZ GUSTAVO PAGNAN MARAGNO	3.600,00	3.600,00	3.600,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013, CONFORME CONTRATO ANEXO.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fumaça	Educação								
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	696	30/04/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	1.783,00	1.783,00	1.783,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	769	07/05/2013	ALINE DA SILVA CARDOSO	2.298,39	2.298,39	2.298,39	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO MAIO/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 131 DE 06 DE MAIO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	920	04/06/2013	ARIANY DA SILVA	1.750,00	1.750,00	1.750,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO JUNHO/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 144 DE 04/06/2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	921	04/06/2013	TAIS PACHECO	2.199,00	2.199,00	2.199,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO JUNHO/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 145 DE 04/06/2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	938	06/06/2013	TALITA BERTAN CASAGRANDE	1.750,00	1.750,00	1.750,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO JUNHO/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 149 DE 07 DE JUNHO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	987	19/06/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	1.835,00	1.835,00	1.835,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1025	28/06/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	1.832,60	1.832,60	1.832,60	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1276	12/08/2013	THALITA DA SILVA FELISBERTO	1.400,00	1.400,00	1.400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO PERIODO DE AGOSTO/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 154 DE 02 DE AGOSTO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1277	12/08/2013	ANGELA FRANCISCO MOTA	1.840,12	1.840,12	1.840,12	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO PERIODO DE AGOSTO/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 155 DE 09 DE AGOSTO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1278	12/08/2013	ANA LUIZA CESLAK MENDES	1.750,00	1.750,00	1.750,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO PERIODO DE AGOSTO/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 156 DE 09 DE AGOSTO DE 2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1311	19/08/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	1.764,00	1.764,00	1.764,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1326	23/08/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	1.766,80	1.766,80	1.766,80	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1579	01/10/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	1.716,00	1.716,00	1.716,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1593	02/10/2013	LUANA RICARDO	1.050,00	1.050,00	1.050,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO DE OUTUBRO A DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO 164 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1594	02/10/2013	MARIA ALICE CORREIA BURATO	665,09	665,09	665,09	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO DE OUTUBRO A DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO 166 DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1657	21/10/2013	DIEGO PAVEI DAMAZIO	600,00	600,00	600,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE APRESENTAÇÃO MUSICAL E ALUGUEL DE APARELHOS DE SONORIZAÇÃO PARA O JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DOS PROFESSORES, CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1684	30/10/2013	MARIEL MACCARI FRASSON	201,60	201,60	201,60	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA UTILIZAÇÃO DA FANFARRA ( PARA CONFECÇÕES DE BALISAS), CONFORME AUTORIZAÇÃO ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1770	06/11/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	1.812,80	1.812,80	1.812,80	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1920	03/12/2013	MALONI SARTOR	50,00	50,00	50,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE PERIDO ABRIL/2013 A DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 030 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1921	03/12/2013	FRANCINE MENDES PONCIANO	376,48	376,48	376,48	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO ABRIL A DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO Nº 074 EM ANEXO.
Prefeitura	01 - Receitas de	361	1922	03/12/2013	LUIZ GUSTAVO	800,00	800,00	800,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Morro da Fumaça	Impostos e Transf de Impostos: Educação				PAGNAN MARAGNO				PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTES NO MÊS DE NOVEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1923	03/12/2013	DANIELI VIEL DE OLIVEIRA	23,33	23,33	23,33	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MÊS DE NOVEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO 093 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1924	03/12/2013	FLAVIA NIERO DE ROCHE	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MÊS DE NOVEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1927	04/12/2013	ANA LUIZA CESLAK MENDES	70,12	70,12	70,12	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 156 DE 09 DE AGOSTO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1928	04/12/2013	CRISTIANI DO N. COIMBRA	350,00	350,00	350,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2013,CONFORME CONTRATO 044 DE 01 DE MARÇO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1929	04/12/2013	DANIELI VIEL DE OLIVEIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MÊS DE DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO 093 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1930	04/12/2013	FLAVIA NIERO DE ROCHE	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MÊS DE DEZEMBRO/2013, CONFORME CONTRATO ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1931	04/12/2013	WESLEY RICARDO DE SOUZA	34,95	34,95	34,95	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MÊS DE DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO Nº 114 EM ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1932	04/12/2013	LUANA RICARDO	46,68	46,68	46,68	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MÊS DE DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO 164 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1933	04/12/2013	LUIZ GUSTAVO PAGNAN MARAGNO	800,00	800,00	800,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTES NO MÊS DE DEZEMBRO/2013,CONFORME CONTRATO ANEXO.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1934	04/12/2013	MALONI SARTOR	750,00	750,00	750,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE ESTÁGIO DE ESTUDANTE NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2013,CONFORME

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Morro da Fumaça	de Impostos: Educação								CONTRATO 030 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2009	24/12/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	1.720,60	1.720,60	1.720,60	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
<b>TOTAL</b>						<b>174.127,95</b>	<b>174.127,95</b>	<b>174.127,95</b>	

**Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - Administração (12.122, 12.123 e 12.128):**

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	122	44	11/01/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESC. DE SANT.CAT.	244,00	244,00	244,00	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME O.S. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	122	178	06/02/2013	SUPERMERCADO PELLEGRIN LTDA.	1.427,69	1.427,69	1.427,69	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE FORNECIMENTO DE LANCHES P/PALESTRA DE PROFESSORES NA SOCIEDADE MORRO DA FUMAÇA CLUBE, CONFORME O.C. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	122	215	21/02/2013	CAROLYNE DA SILVA FELISBERTO	482,60	482,60	482,60	PELA DESPESA EMPENHADA PROVENIENTE FORNECIMENTO DE 10KG DE CAFÉ, 15KG DE AÇUCAR E 5 COPO PLASTICO 180ML, CONFORME O.C. ANEXA.
<b>TOTAL</b>						<b>2.154,29</b>	<b>2.154,29</b>	<b>2.154,29</b>	

**Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:**

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados			Restos a Pagar Não Processados
Aumenta		Diminui							
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>									
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
12	186.179,13	0,00	0,00	186.179,13	0,00	0,00	0,00	186.179,13	Superávit
16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
17	49.316,64	0,00	0,00	49.316,64	0,00	0,00	0,00	49.316,64	Superávit
18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
23	130.057,33	0,00	0,00	130.057,33	0,00	0,00	0,00	130.057,33	Superávit
24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.226,39	18.983,50	-27.209,89	Déficit
47	1.641,90	0,00	0,00	1.641,90	0,00	0,00	0,00	1.641,90	Superávit
48	40.582,78	0,00	0,00	40.582,78	0,00	0,00	0,00	40.582,78	Superávit
49	143.509,19	0,00	0,00	143.509,19	0,00	0,00	0,00	143.509,19	Superávit
50	3,18	0,00	0,00	3,18	0,00	0,00	0,00	3,18	Superávit
51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
52	-19.876,90	0,00	0,00	-19.876,90	0,00	0,00	0,00	-19.876,90	Déficit
53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
58	100,35	0,00	0,00	100,35	0,00	0,00	0,00	100,35	Superávit
60	1.489,37	0,00	0,00	1.489,37	0,00	0,00	0,00	1.489,37	Superávit
61	51,08	0,00	0,00	51,08	0,00	0,00	0,00	51,08	Superávit
64	722.293,97	0,00	0,00	722.293,97	0,00	0,00	0,00	722.293,97	Superávit
65	11.195,07	0,00	0,00	11.195,07	0,00	0,00	0,00	11.195,07	Superávit
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
67	89.238,95	0,00	0,00	89.238,95	0,00	0,00	0,00	89.238,95	Superávit
70	40.227,85	0,00	0,00	40.227,85	0,00	0,00	0,00	40.227,85	Superávit
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.099,17	-243.099,17	Déficit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>							<b>-290.185,96</b>		
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>									
0	887.271,91	0,00	0,00	887.271,91	37.518,79	33.477,18	679.066,96	137.208,98	
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	0,00	-280,00	
2	14,64	0,00	0,00	14,64	31.438,02	0,00	0,00	-31.423,38	



FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados			Restos a Pagar Não Processados
		Aumenta	Diminui						
T.	887.286,55	0,00	0,00	887.286,55	68.956,81	33.757,18	679.066,96	105.505,60	Superávit